

Sumário

Número de notícias: 15 | Número de veículos: 11

O DIA ONLINE - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA
ANFIP

Entenda a taxaço dos super-ricos que pode gerar arrecada  o de R\$ 260 bi.....3

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Apreensão de vinho ilegal estrangeiro já soma 512 mil garrafas.....5

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

MP mant m isen  o a medicamentos importados.....7

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLA  O
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Simples pode excluir mais de 185 mil PJs em Minas.....8

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Petros diz que Galípolo vai levar pleito do setor a Lula.....10

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

STF vai decidir regras da aposentadoria de servidor após reforma da Previdência de 2019
.....11

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

A retomada da agenda - HENRIQUE MEIRELLES.....13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

0 círculo vicioso da incerteza fiscal - SERGIO LAMUCCI.....14

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLA  O E TRIBUTOS
TRIBUTOS - CONTRIBUI  ES E IMPOSTOS

Supremo julga uso de precatórios para pagamento de d vidas de ICMS.....16

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMA  ES
ECONOMIA

A escalada da d vida não   questão de f  (Editorial).....18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Brasil pode estar próximo da dominância fiscal (Artigo).....20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Em 7 anos, total de ultrarricos no mundo cresce quase 30%.....21

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

As escolhas de Galípolo no Banco Central (Artigo).....23

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
ECONOMIA

"Gera  o prateada" produz PIB de R\$1,8tri e quer mais aten  o.....25

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Do trabalho para motorista de app ao saque-aniversário do FGTS, propostas de Luiz Marinho patinam 28

Entenda a taxaço dos super-ricos que pode gerar arrecada  o de R\$ 260 bi

O Diaredacao@odia.com.br

A proposta de um imposto mínimo sobre os super-ricos tem ganhado cada vez mais espaço no debate econômico no Brasil. A medida pode gerar uma arrecada  o de US\$ 47,5 milhões, cerca de R\$ 260 bilhões na cota  o atual, segundo um estudo da organiza  o britânica Tax Justice Network. Atualmente, os assalariados pagam proporcionalmente mais **impostos** do que os grandes milionários.

O aumento da faixa de isen  o do Imposto de Renda (IR) para R\$ 5 mil, uma das promessas de campanha do presidente Luiz In  cio Lula da Silva (PT), pode ser viabilizado por meio da taxaço das grandes fortunas. Em entrevista no dia 10 de outubro, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, revelou que o governo estuda maneiras de implementar essa mudança e que o imposto sobre os super-ricos pode ser uma op  o.

O ministro também defendeu, durante discurso no G20, na última quinta-feira (24), que a taxaço seja usada para diminuir as desigualdades sociais.

O Brasil considera esse um t  pico particularmente importante. Por isso, defendemos que o G20 assuma uma nova e ambiciosa agenda de tributa  o. Devemos agir juntos para garantir que os super-ricos paguem sua cota justa em **impostos**, de modo a combater a desigualdade , afirmou Haddad.

De acordo com a proposta brasileira para o G20 sobre a tributa  o dos super-ricos, o modelo de taxaço progressiva atingiria, inicialmente, cerca de 3 mil pessoas. Esses indivíduos possuem mais de US\$ 1 bilhão de riqueza, abrangendo ativos, imóveis, a  es e participa  es em empresas.

Entenda a proposta

O professor de Direito Tributário da USP e advogado tributarista, André Mendes Moreira, explica que hoje um dos principais responsáveis pela grande desproporcionalidade na carga tributária são os **impostos** indiretos.

Na atual conjuntura, a carga desses **impostos** tem aumentado significativamente, uma vez que são os mais acessíveis para os estados, tanto em termos de cobrança quanto de fiscaliza  o. Nesse contexto,

observou-se uma migra  o da base tributária para esses **impostos**, o que contribui para a desigualdade tributária no país como um todo , indica o professor.

Segundo a Associa  o Nacional de Auditores Fiscais da **Receita Federal (Anfip)** e a Federa  o Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Febafisco), 49,7% dos **impostos** do País são arrecadados dessa forma.

Igor Lucena, advogado especialista em Direito Tributário e sócio da TT & Co., ressalta que o problema não    recente. A desigualdade social surgiu a partir da alta carga tributária brasileira, desde o período colonial até a promulga  o da Constitui  o Federal de 1988, ampliando o sistema de arrecada  o e da conseqüente complexidade do sistema tributário brasileiro , pontua o advogado.

O especialista também destaca os argumentos a favor e contra o imposto mínimo sobre os super-ricos. Lucena aponta que os apoiadores da medida defendem que a taxaço    necessária para corrigir a disparidade na carga tributária e promover uma sociedade mais justa e equitativa, gerando uma fonte significativa de receita que poderá ser direcionada para financiar programas sociais importantes, como educa  o, saúde, assistência social e habilita  o. Isso ajudaria a garantir que todos tenham acesso a serviços essenciais, reduzindo as disparidades econ  micas.

Já os críticos, afirmam que a falta de competitividade internacional e a possível fuga de capitais, que tornariam o País menos competitivo em rela  o a outras jurisdi  es com **impostos** mais baixos, o que reduziria a disponibilidade de investimentos, prejudicaria o empreendedorismo e aumentaria a complexidade do sistema tributário.

Posicionamento dos parlamentares fluminenses

A reportagem entrou em contato com a toda a bancada do Rio de Janeiro na Câmara dos Deputados para saber a opinião dos parlamentares acerca da proposta de taxaço dos super-ricos. Poucos optaram por se posicionar.

Os deputados Sargento Portugal (PODE) e Pastor Henrique Vieira (PSOL) se mostraram a favor da medida.

Super-ricos não significam, em hipótese alguma, classe média ou classe média alta. O primeiro ponto é definir que, quando falamos de super-ricos, estamos nos referindo a bilionários. Vários países do mundo, desenvolvidos e democráticos, inclusive capitalistas, taxam mais os super-ricos para aumentar a capacidade do Estado de garantir serviços, direitos e melhorar a vida do conjunto da população, defende Vieira.

O parlamentar também argumenta que a proposta não gera desinvestimento. Essa taxa não muda substancialmente a riqueza dos super-ricos, nem perto disso, e ajuda a reduzir desigualdades e a melhorar a condição de vida para o povo. Parece-me uma medida absolutamente justa, que não gera desinvestimento ou desemprego, avalia.

O deputado Roberto Monteiro Pai (PL) se posicionou contra a medida. Em nota, o parlamentar afirmou que a taxa dos super-ricos pode gerar consequências negativas, como a diminuição da riqueza, a perda de empregos, a redução da competitividade internacional, a inibição de investimentos e até mesmo a fuga de capitais.

O parlamentar Hugo Leal (PSD) disse que prefere não comentar o assunto. Eduardo Bandeira de Mello (PSB-RJ) pontuou que aguarda a posição do ministério da Fazenda.

Qualquer iniciativa de criação de novos **impostos** deve ser precedida de um estudo para avaliação do potencial de arrecadação e dos mecanismos possíveis para coibir a evasão fiscal. No caso do imposto sobre os super-ricos, em vista da globalização dos mercados e dos fluxos de investimentos, é importante que haja um entendimento em nível internacional, o que já começou a ser discutido no âmbito do G20, explica o deputado.

* Matéria da repórter Alexia Gomes

Site: <https://odia.ig.com.br/economia/2024/10/6941063-entenda-a-taxacao-dos-super-ricos-que-pode-gerar-arrecadacao-de-rs-260-bi.html>

Apreensão de vinho ilegal estrangeiro já soma 512 mil garrafas

Ana Luiza de Carvalho De São Paulo e Salta (Argentina)

A apreensão de garrafas ilegais de vinhos estrangeiros no Brasil somou 512 mil unidades entre janeiro e setembro, o equivalente a 88% de todo o ano passado, de acordo com levantamento da **Receita Federal** feito a pedido do Valor. O montante estimado é de R\$ 38,4 milhões.

Os Estados com mais confiscos foram Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em 2023, as apreensões somaram 576 mil unidades, alta de 9,7% em relação a 2022. O número inclui tanto o descaminho, em que as mercadorias são desviadas para evitar a cobrança de **impostos**, quanto o crime de contrabando, que abrange também o comércio de mercadorias proibidas.

Em agosto, a Polícia Federal deflagrou a Operação Bordeaux e apreendeu mais de R\$ 6 milhões em vinhos - ou 4 mil garrafas, a maioria delas produzida na França.

Os rótulos de luxo, que chegavam a custar R\$ 100 mil, somaram aproximadamente R\$ 3 milhões em **impostos** sonegados.

Um dos alvos da operação foi um restaurante na zona sul da capital paulista, cujo sócio também está entre os acionistas da importadora Clarets. À época, Guilherme Lemes afirmou que os 352 rótulos apreendidos no restaurante faziam parte "do seu acervo pessoal". Essa também foi a alegação do empresário para outras 98 garrafas apreendidas em sua sala na Clarets.

Com o recorde de apreensões sendo quebrado a cada ano, a Câmara Setorial de Viticultura, Vinhos e Derivados, vinculada ao Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), junto a diversas autoridades setoriais e à indústria, lançou no início de outubro uma campanha sobre os perigos do consumo de vinhos ilegais.

O anúncio ocorreu na quinta edição da ProWine, maior feira de negócios do setor nas Américas, que recebeu cerca de quinze mil visitantes entre os dias 1o e 3 de outubro. A campanha educativa, que inclui o consumidor final, tem o objetivo de alertar para os riscos de consumir produtos sem procedência

garantida no mercado formal.

O movimento ainda incentiva a população a denunciar a venda irregular de vinhos para o Ministério da Agricultura ou **Receita Federal**. A presidente da Câmara Setorial do Estado de São Paulo de Viticultura, Vinho e Derivados, Celia Carbonari, encaminhou ao governador Tarcísio de Freitas um ofício com os principais pontos da campanha.

Considerando os riscos à saúde do consumidor e a concorrência desleal em relação aos produtos legais, os fabricantes de bebidas argentinos também estão tomando medidas para evitar que seus vinhos caiam no comércio ilegal. A presidente da entidade Wines of Argentina, Magdalena Pesce, afirma que muitos não disponibilizam seus produtos em lojas próximas à fronteira com o Brasil, como forma de evitar o descaminho.

Além da conscientização dos consumidores e das ações governamentais contra o contrabando, o enoturismo é uma das estratégias adotadas pelo país vizinho para seguir em alta no cenário sul-americano, mantendo os consumidores de vinho no mercado regular. "O enoturismo surgiu há cerca de dez anos como atividade secundária, mas hoje é uma das unidades de negócio mais importante para várias empresas. É um ciclo virtuoso, cada pessoa que visita uma bodega se torna consumidora", afirma Magdalena.

A bodega Colomé, no norte da Argentina, aposta nas paisagens do Parque Nacional Los Cardones e na história centenária de seus vinhedos para atrair turistas brasileiros, que representam quase metade dos hóspedes da Estância Colomé.

Os quatro vinhedos que compõem a produção estão dentre os mais altos da viticultura mundial.

O primeiro deles está localizado a cerca de mil metros acima do nível do mar. A título de comparação, a cidade argentina Mendoza, famosa por seus vinhos, está a cerca de 800 metros de altitude.

Após uma viagem de dezenas de quilômetros dentre as montanhas de Los Cardones, os turistas percorrem os outros dois vinhedos da empresa e chegam ao Altura Máxima, que ultrapassa os três mil metros

acima do nível do mar. A safra de 2018 do carro-chefe do portfólio pode ser encontrada no mercado brasileiro por pouco menos de R\$ 2 mil. Além da altitude recorde, os vinhedos atraem turistas por serem considerados os mais antigos da Argentina, datados de pelo menos 1831.

O gerente de vendas para América Latina do grupo Colomé, Mariano Garay, afirma que o Brasil é um mercado estratégico para a companhia, e reconhece a dificuldade de controle na ampla fronteira que inclui Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

"Trabalhamos a nossa marca, atuamos no Brasil com uma importadora, então temos esse cuidado e temos interesse no desenvolvimento do mercado brasileiro", afirma. O baixo volume de produção, que no caso de alguns rótulos fica abaixo das duas mil garrafas anuais, também é um obstáculo à saída massiva de rótulos irregularmente.

"É um ciclo virtuoso, cada pessoa que visita uma bodega se torna consumidora" Magdalena Pesce

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188024>

MP mantém isenção a medicamentos importados

CUSTOS CONTIDOS A isenção do imposto de importação para medicamentos foi estendida pelo governo federal em medida provisória publicada em edição extra do Diário Oficial da União (DOU), na noite do último dia 25.

A redução a zero da alíquota do tributo é válida para a aquisição de medicamentos por pessoa física até o limite de US\$ 10 mil ou equivalente em outra moeda. "A edição da MP é justificada como medida fundamental para garantir o direito social à saúde, tendo em vista que a incidência do Imposto de Importação poderia dificultar a aquisição de medicamentos considerados essenciais à sobrevivência, além de contribuir para um ambiente mais justo e transparente", informou a assessoria da Presidência da República, em nota.

De acordo com a MP, as empresas que realizam remessas internacionais por meio do Regime de Tributação Simplificada (RTS) passam a ter a obrigação de prestar informações detalhadas sobre as mercadorias antes mesmo da chegada dos insumos ao país, além de recolher os **tributos** devidos e atender a outros requisitos estabelecidos pela **Receita Federal**. "A adoção dessas medidas agiliza o processo de importação, uma vez que as informações e os pagamentos serão realizados de forma antecipada, reduzindo a burocracia e os custos envolvidos", explica a nota.

A nova MP substitui um texto anterior, de junho, que perdeu a validade justamente nesta sexta-feira. Até então, as alíquotas tributárias aplicadas variavam de 20% a 60%.

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Simples pode excluir mais de 185 mil PJs em Minas

JULIANA SODRÉ

Os microempreendedores individuais (MEIs) e as micro e pequenas empresas (MPEs) optantes pelo Simples Nacional que foram notificados com pendências com a **Receita Federal** (RF) ou com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGNF) devem regularizar seus débitos para evitar a exclusão da empresa do regime tributário Simples Nacional em janeiro de 2025.

Entre os dias 30 de setembro a 4 de outubro a **Receita Federal** disponibilizou, no Domicílio Tributário Eletrônico do Simples Nacional e do MEI de cada contribuinte irregular, os termos de exclusão do regime e os respectivos relatórios de pendências para que eles tomem ciência dos referidos valores e prazos de regularização.

Só em Minas Gerais, 111.512 microempreendedores individuais e 73.606 pequenos empresários optantes pelo Simples Nacional foram notificados. Juntos, são mais de 185 mil pessoas jurídicas (PJs) que podem ser desenquadradas do regime, caso não regularizem.

"Se ele for excluído do Simples Nacional, o empreendedor vai para regimes tributários mais delicados, com mais **tributos** e mais obrigações, podendo precisar de uma contabilidade, ou esperar, às vezes, até um ano para conseguir voltar", explica a analista de relacionamento do Sebrae Minas, Laurana Viana.

Ela diz que perder os benefícios do regime pode ser uma grande desvantagem para o empreendedor já que impactaria de forma negativa a empresa. "Se ele não estiver preparado para perder as vantagens, pode causar até um rombo financeiro no negócio", alerta.

De acordo com a **Receita Federal**, só em Belo Horizonte, no início deste ano, quando vence os prazos e fecha a janela de migração de regime tributário, 2.825 empresas foram excluídas do regime por débitos.

Para evitar a exclusão, o contribuinte precisa dizer para a **Receita Federal** que está ciente do termo e regularizar a totalidade dos débitos.

A quitação das dívidas podem ser feitas, de acordo

com a **Receita Federal**, por pagamentos à vista ou parcelado, no prazo de 30 dias a contar da data da ciência, ou seja, da primeira leitura, do termo de exclusão.

Então, se um empreendedor tomar ciência hoje da notificação, ele terá 30 dias para quitar os débitos. Dessa forma, não há um prazo específico para a regularização, vai depender do dia que o contribuinte ficou ciente da notificação.

Entretanto, a analista do Sebrae alerta que mesmo se o empreendedor não tomar ciência, não ver ou não marcar que tomou conhecimento no sistema, em 45 dias a partir do dia que a **Receita Federal** enviou a notificação, a ciência será dada automaticamente.

De acordo com informações da **Receita Federal**, o microempreendedor ou o responsável pela empresa que regularizar a totalidade de suas pendências dentro do prazo continuará no regime Simples Nacional, não havendo necessidade de procurar os órgãos públicos pessoalmente ou qualquer outro procedimento.

Regularizando dentro dos prazos legais, o termo de exclusão torna-se sem efeito.

Já o empreendedor que não cumprir prazos ou quitar as dívidas será automaticamente excluído do regime no dia 1º de janeiro do ano que vem. Entretanto, a analista do Sebrae ressalta que ainda existe uma forma de retroceder.

Migração - Entre o dia 1º e 31 de janeiro há a chamada janela de migração no site do Simples Nacional. "É o momento em que as empresas podem se movimentar e sair do regime que elas estão. Então, quem foi excluído inclusive do regime do Simples Nacional ou do MEI, se correr atrás e regularizar nesse período, por mais que a exclusão já tenha sido solicitada pela Receita, ela ainda consegue retroceder", explica.

"A pessoa só consegue fazer isso até 31 de janeiro de 2025. Depois disso, não tem mais opção e só conseguirá voltar no ano seguinte", avisa.

"Se for excluído do Simples Nacional, o empreendedor vai para regimes tributários mais delicados, com mais **tributos** e mais obrigações" Laurana Viana

Site:

<https://publisher.diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-26-a-28-10-2024/>

Petros diz que Galípolo vai levar pleito do setor a Lula

Liane Thedim Do Rio

O presidente da Petros, Henrique Jäger, reuniu-se na sexta-feira com o futuro presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, para discutir o fim da obrigatoriedade da marcação a mercado de títulos públicos em planos de contribuição definida (CD) e variável (CV) dos fundos de pensão. Segundo a fundação, Galípolo, atual diretor de política monetária do BC, se comprometeu com o pleito das entidades fechadas de **previdência complementar** e indicou que discutirá o assunto com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A obrigatoriedade da atualização diária do valor de títulos em planos de contribuição definida e variável foi fixada em 2020 pelo Conselho Nacional de **Previdência Complementar** (CNPc). Na "marcação a mercado", há flutuação por influência de condições de mercado e o valor dos papéis pode cair ou subir. Os de benefício definido podem usar a "marcação na curva", correção pela taxa contratada até o vencimento, o que resulta em uma linha contínua de rendimento.

A Abrapp, entidade do setor, afirma que a determinação leva volatilidade às carteiras e insegurança aos participantes. A Petros vem liderando o pleito em busca da mudança na legislação.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188024>

STF vai decidir regras da aposentadoria de servidor após reforma da Previdência de 2019

Cristiane Gercina

Júlia Galvão

O futuro da aposentadoria de **servidores públicos** pode ser definido ainda em 2024 pelos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal). O julgamento das 13 ADIs (Ações Diretas de Inconstitucionalidade) que questionam a reforma da Previdência de 2019 já pode ser marcado.

A decisão sobre as novas regras foi interrompida em junho deste ano, após pedido de vista -solicitação de prazo maior para analisar melhor um caso- do ministro Gilmar Mendes. O processo foi devolvido por ele no último dia 23 e já está pronto para ser julgado novamente.

Os servidores travam também batalhas no Congresso, mas têm obtido vitória. O trecho da PEC (proposta de emenda à Constituição) 66, que obrigava estados e municípios a replicarem regras da reforma nos regimes próprios, a não ser nos casos em que já houvesse normas mais duras, foi retirado.

Ao todo, o STF julga de forma conjunta 13 ADIs que questionam regras como alíquota de contribuição previdenciária dos servidores, que passou a ser progressiva e trouxe novos percentuais de desconto, aposentadoria especial, cálculo de benefícios e pensão por morte, entre outras.

Há ainda outras ações tramitando, que já tiveram desfechos favoráveis e desfavoráveis. A regra da pensão por morte, que diminui em até 40% o valor do benefício, foi julgada constitucional em ação que debatia os aposentados do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social).

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Já os policiais obtiveram vitória recente, com a decisão do ministro Flávio Dino de que a idade mínima de

mulheres policiais deve ser igual a das mulheres que se aposentam pelo **INSS** e das demais servidoras. Neste último caso, as mulheres se aposentam antes dos homens.

As ações sobre as contribuições tiveram um reviravolta. Inicialmente, o ministro relator Luís Roberto Barroso negou liminar alegando que a progressividade seria constitucional. Ele é defensor das novas regras para aposentadorias no RPPS (Regime Próprio de **Previdência Social**) e no RGPS (Regime Geral de **Previdência Social**).

O primeiro a ser contrário ao relator foi o ministro Edson Fachin, que apontou cinco pontos de inconstitucionalidade nas normas: progressividade das alíquotas; contribuição extraordinária cobrada de quem já está aposentado; majoração da base de cálculo com novas alíquotas de desconto; anulação das aposentadorias do RPPS com tempo do RGPS sem comprovação de contribuição; e critério de cálculo diferente entre mulheres do RPPS e do RGPS.

No caso das alíquotas, a reforma da Previdência mudou não apenas para **servidores públicos**, mas também para trabalhadores da iniciativa privada. Nos dois casos, foram criadas alíquotas progressivas, aplicadas por faixa salarial.

Para os servidores, no entanto, a cobrança, que era de 11% sobre a renda, chega a 22% após a reforma, dependendo do salário. Especialistas falam em confisco. Além disso, a emenda constitucional também determinou que poderá haver desconto a aposentados e pensionistas do serviço público caso seja comprovado déficit no regime previdenciário.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

Em reviravolta, o ministro Barroso votou pela inconstitucionalidade da regra que permite descontar valores de quem já está aposentado, a não ser que se comprove a real necessidade de custear o sistema de aposentadorias. Os demais pontos foram

considerados por ele constitucionais.

O advogado Rômulo Saraiva, especialista em Previdência e colunista da Folha, diz que a reforma da Previdência de 2019 foi uma das mais abrangentes, alterando muitas regras.

"Os **servidores públicos** foram afetados de diferentes formas, a exemplo de alíquota da contribuição previdenciária extraordinária, alíquota progressiva, idade mínima para se aposentar, valor da pensão por morte, perda ao cumular benefícios, regras de transição mais austeras e base de cálculo com depreciadores", afirma.

Segundo ele, o problema maior está no fato de que os ministros do Supremo não estão debatendo apenas as regras em si, mas a fonte de custeio da **Previdência Social**, que tem fechado com déficit há anos.

"Sobre a sustentabilidade do sistema, merece atenção a discussão da constitucionalidade das contribuições previdenciárias extraordinárias do funcionalismo que buscam equilibrar as finanças, como também a sistemática das alíquotas progressivas."

A advogada Thais Riedel, diretora do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), acredita que, além da questão da alíquota, que já tem voto favorável de cinco ministros dizendo que a regra é inconstitucional, o cálculo diferente na aposentadoria de mulheres do regime próprio e de regime geral também deverá ser julgado como inconstitucional.

"A forma de cálculo das servidoras públicas ficou sendo a mesma dos homens **servidores públicos**, então só conseguem ter 100% da média quando alcançam 40 anos de contribuição, diferentemente dos segurados do **INSS**, que conseguem ter 100% [da média salarial como aposentadoria] com 35 anos de contribuição", diz.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/10/stf-vai-decidir-regras-da-aposentadoria-de-servidor-apos-reforma-da-previdencia-de-2019.shtml>

A retomada da agenda - HENRIQUE MEIRELLES

HENRIQUE MEIRELLES

Henrique Meirelles EX-PRESIDENTE DO BC E EX-MINISTRO DA FAZENDA

Encerrada a eleição municipal, o governo e o Congresso têm condições de retomar a partir de hoje discussões em torno de uma agenda essencial para a economia. Pelo lado do Congresso, é necessário terminar a tramitação da **reforma tributária**. O governo deve examinar o quanto antes as propostas do Ministério da Fazenda para conter gastos. É preciso fazer isso com certa urgência.

O relator da **reforma tributária**, senador Eduardo Braga, apresentou na semana passada um cronograma para votar a regulamentação este ano. A reforma não é perfeita, mas simplificará o sistema e acabará com várias distorções.

Reportagem da Folha mostrou que os governos estaduais vão abrir mão de R\$ 267 bilhões em 2025 devido a benefícios.

A eficiência econômica dessa prática é baixa.

Em novembro, o governo vai se deparar com um tema duro e necessário. Os ministros da Fazenda e do Planejamento levarão ao presidente Lula ideias para conter despesas.

Apesar da positiva aprovação do arcabouço fiscal, o ajuste nas contas vem sendo feito principalmente através do aumento de receitas. Sabemos que isso é menos eficiente do que cortar despesas.

Além disso, existem limites para o aumento da carga tributária, que já é alta no Brasil.

Há propostas para conter o crescimento dos gastos com benefícios sociais, que vêm subindo acima do esperado. O governo fez - e ainda faz - fiscalizações que corrigem irregularidades.

Outro ponto essencial é acelerar as discussões em torno do projeto de reforma administrativa.

Esta reforma tem grande poder, não só de reduzir custos com a máquina do governo, mas de abrir espaço no orçamento para gastar com quem mais

precisa.

Além disso, ter as contas em dia atrai investimentos, que geram emprego e renda. Neste ponto há sinais negativos que precisam ser enfrentados.

Divulgado na semana passada, o Monitor Fiscal do FMI projeta um aumento substancial da dívida pública bruta do Brasil para 2025. De acordo com o mais recente relatório do Banco Central, a dívida está em 78%, nível alto para um país emergente. A percepção é que a dívida do Brasil está em alta, devido ao crescimento dos gastos.

Outro ponto de atenção são os rumores de que o governo pretende fazer modificações nas agências reguladoras. As agências são um instrumento importante para manter setores regulados distantes dos interesses políticos.

Qualquer intervenção tem que ser cuidadosa para não criar um clima de insegurança jurídica.

Dívida em alta e insegurança jurídica são dois sinais capazes de manter investimentos abaixo do que o País precisa para crescer.

O governo deve examinar o quanto antes as propostas do Ministério da Fazenda para conter gast

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

0 círculo vicioso da incerteza fiscal - SERGIO LAMUCCI

SERGIO LAMUCCI

Sérgio Lamucci é editor-executivo e escreve quinzenalmente

E-mail: sergio.lamucci@valor.com.br

A economia brasileira enfrenta um cenário complexo e delicado no fim do ano, depois de ter crescido com força no primeiro semestre, impulsionada pela combinação de um mercado de trabalho robusto, da expansão do crédito e de uma política fiscal expansionista, especialmente pelas transferências de renda. As incertezas em relação às contas públicas têm pressionado o câmbio, levando o dólar a superar R\$ 5,70, e jogado os juros de longo prazo para a casa de 7% ao ano, descontada a inflação.

Há nesse movimento mais recente uma influência do cenário externo mais adverso, marcado pelo fortalecimento do dólar no mercado internacional e pela alta dos juros de longo prazo nos EUA, mas a principal fonte de volatilidade vem das dúvidas quanto à política fiscal -basicamente da ausência de uma estratégia do governo para conter o aumento das despesas públicas obrigatórias.

Medidas de ajuste pelo lado dos gastos, que podem ser anunciadas nos próximos dias, se tomaram ainda mais prementes diante de um ambiente externo mais complicado. Um dólar forte e juros mais altos nos EUA são má notícia para mercados emergentes como o Brasil. Além disso, a economia da China tem patinado, um fator negativo para os preços de commodities, produtos que compõem grande parte da pauta de exportação brasileira.

Um dólar na casa de R\$ 5,70, se mantido por muito tempo, vai aumentar as pressões sobre a inflação, dificultando o trabalho do Banco Central (BC), que iniciou um ciclo de alta da Selic em setembro, quando os juros já estavam num nível elevado. No momento, o IPCA se aproxima de 4,5%, o teto da banda de tolerância da meta, e as expectativas inflacionárias se distanciam do centro do alvo perseguido pelo BC, de 3%. Para piorar, o IPCA-15 de outubro mostrou aceleração dos preços serviços mais sensíveis à demanda e dos núcleos, medidas que buscam reduzir ou eliminar a influência dos itens mais voláteis.

O risco é o BC ter que elevar os juros com mais força do que seria necessário, dado o quadro de incerteza sobre as contas públicas, que pressiona o câmbio e as expectativas de inflação. Uma Selic mais alta por mais tempo pode levar a uma desaceleração mais acentuada da economia, além de piorar a dinâmica da dívida pública. É um cenário negativo que não precisa se concretizar, desde que o governo de fato apresente uma estratégia para conter a expansão das despesas obrigatórias. O foco tem sido em medidas para cumprir as metas de curto prazo do arcabouço fiscal, concentrando-se no lado das receitas. Há ainda iniciativas que reduzem as transparências das contas públicas, com a retirada de gastos do novo regime fiscal, além de projeções superestimadas de arrecadação e subestimadas de despesas.

Pai a mudar esse quadro, seria importante o governo desvincular os benefícios previdenciários e assistenciais do salário mínimo e desandar as despesas com educação e saúde da variação das receitas. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, porém, resiste a iniciativas nessa direção. Sem elas, pode colher uma alta da Selic mais forte do que imaginava e a consolidação dos juros de longo prazo na casa de 6,8%, descontada a inflação, um nível insustentável para a dívida pública, cuja trajetória prevista para os próximos anos é de aumento ininterrupto. Desde o fim de 2022, a dívida bruta subiu de 71,7% para 78,5% do **PIB** em agosto deste ano. Nas estimativas da Instituição Fiscal Independente (IFI), esse indicador deverá fechar 2024 em 80% do **PIB** e alcançar 84,1 % do **PIB** em 2026.

Nesse ambiente, enfrentar de verdade o problema das contas públicas pelo lado das despesas pode evitar esse cenário negativo que ameaça interromper o momento favorável para a atividade econômica. Há necessidade de alguma redução do ritmo de crescimento, mas juros muito altos e um dólar muito caro tendem a frear o investimento, que começou a se recuperar nos últimos trimestres.

O nível dos juros de longo prazo chama a atenção e deveria servir de alerta ao governo. As taxas dos títulos do Tesouro atrelados à inflação que vencem em 2045 e 2050 fecharam a semana passada

em torno de 6,8% ao ano, níveis não observados desde março de 2016, ainda no segundo governo de

Dilma Rousseff, quando a economia estava em recessão e a situação fiscal era muito delicada.

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188024?page=1§ion=2>

Paite da alta mais recente dessas taxas tem alguma influência do movimento dos juros de longo prazo nos EUA-o rendimento dos títulos do Tesouro americano subiu nas últimas semanas, com a percepção de que o ex-presidente Donald Trump tem chances ligeiramente maiores de vitória do que Kamala Harris. Ainda que haja muitas dúvidas quanto às eleições americanas, o ponto é que as políticas de Trump tendem a ser inflacionárias, como aponta em relatório o banco Brown Brothers Harriman (BBH). Isso pode forçar Federal Reserve (Fed, o banco central americano) a manter os juros mais altos, sustentando um dólar mais forte e taxas dos papéis do Tesouro dos EUA em nível mais elevado, o que tem como contrapartida um câmbio mais desvalorizado e juros maiores em países emergentes como o Brasil.

No entanto, como dizem os analistas da MCM Consultores,"o nível médio persistentemente elevado das taxas de juros no Brasil reflete, principalmente, fatores "mais permanentes", como os grandes obstáculos a serem ainda vencidos pelo país para voltar a ter um cenário de sustentabilidade fiscal, as dificuldades enfrentadas pela política monetária para cumprir a meta de **inflação** em meio ao expansionismo fiscal, a possibilidade de que, nesse contexto, a taxa neutra de juros [aquela que permite o crescimento sem pressões inflacionárias] seja bastante superior às atuais estimativas do Banco Central e o alto custo de financiamento de uma dívida pública grande e crescente".

Nesse cenário, destaca a MCM, o Brasil parece viver uma "espécie de círculo vicioso, formado pela necessidade de uma substantiva melhora do resultado primário, pelas dúvidas da atual política fiscal, pelo ceticismo do mercado em relação a uma melhora consistente das contas públicas, pelo aumento dos juros decorrente da deterioração do cenário fiscal, pela consequente demanda por um desempenho fiscal ainda melhor assim por diante".

É uma descrição adequada para a situação atual. Apesar de fatores positivos na economia, como o crescimento mais forte dos últimos anos, a solidez das contas externas e a aprovação da **reforma tributária**, as incertezas fiscais têm produzido uma desconfiança que pressiona os preços dos ativos brasileiros. Sem medidas para enfrentar o problema das contas públicas, o país pode cair desnecessariamente numa combinação de juros muito altos, desaceleração acentuada da economia e aumento ainda mais forte da dívida pública.

Site:

Supremo julga uso de precatórios para pagamento de dívidas de ICMS

Luiza Calegari De São Paulo

O Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar, no Plenário Virtual, uma questão importante aos governos estaduais: a possibilidade de uso de precatórios para o pagamento de dívidas do ICMS. Os ministros analisam lei do Amazonas.

Mas ao menos outros oito Estados e o Distrito Federal têm ou já tiveram previsões legais parecidas.

No caso do Amazonas, o relator, ministro Nunes Marques, votou para validar a compensação, contanto que obedeça à previsão constitucional de repasse de 25% do valor do ICMS para os municípios (ADI 4080). Os demais ministros têm até a próxima sexta-feira para votar.

A discussão foi levada ao STF por meio de ação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) contra a Lei nº 3.062, de 2006, do Amazonas.

A norma instituiu a possibilidade de compensação com precatórios expedidos em ações ajuizadas até 31 de dezembro de 1999.

O partido argumenta que a norma é incompatível com a Constituição Federal por prever uma compensação automática. Também afirma que a lei burla a ordem cronológica de pagamento dos precatórios, já que os credores com dívidas do ICMS passariam "na frente" dos demais.

A norma ainda, de acordo com a legenda, desrespeitaria a regra de repartição tributária - 25% do ICMS arrecadado deve ser repassado aos municípios.

Em seu voto, porém, o relator, ministro Nunes Marques, rechaça os argumentos. Segundo ele, não há incompatibilidade com a Constituição, uma vez que a norma respeita o princípio da isonomia e não faz distinção entre os contribuintes para concessão de benefícios.

Para Nunes Marques, o principal mérito da lei é "beneficiar todos os credores de precatórios", uma vez que, ao compensar dívidas, poderá acelerar os pagamentos seguintes.

"Consequentemente, a compensação de que trata a

legislação, nada obstante possa antecipar a satisfação de alguns credores, não prejudica aos demais", afirma o relator.

Sobre a regra de repartição tributária, o ministro destaca, em seu voto, que a lei do Amazonas não dispõe sobre o tema e que essa omissão "pode mesmo ter dado azo à interpretação de que o diploma local isentara o Estado do dever de repassar, aos Municípios, o percentual de 25% dos valores de ICMS compensados com precatórios".

Conforme já decidido pelo Supremo, por unanimidade, os Estados são obrigados a repassar para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) 25% dos valores de créditos extintos de ICMS, por compensação ou transação tributária (ADI 3837).

Assim, o ministro deu parcial provimento à ação do PSDB, para "conferir interpretação conforme à Constituição à Lei nº 3.062, de 2006, de modo a consignar que a compensação de créditos tributários de ICMS deve observar o dever constitucional de repartição dos 25% pertencentes aos municípios (CF, artigo 158, inciso IV, "a")".

Segundo especialistas, o entendimento, se mantido pelos demais ministros, ajuda a dar segurança a outros Estados que têm programas semelhantes. Em São Paulo, por exemplo, a Lei nº 17.843/2023, que trata de transação tributária, permite o uso de precatórios em compensações com dívidas fiscais ou de outra natureza. Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul além do Distrito Federal, também instituíram normas com previsão semelhante.

Essas leis não foram questionadas judicialmente, segundo tributaristas, mas têm princípios e circunstâncias semelhantes às da normativa amazonense. Gustavo Vaz Faviero, coordenador da área tributária no escritório Diamantino Advogados Associados, explica que os programas com limite de data e instituição de condições especiais são predominantes, uma vez que os Estados precisam organizar as contas públicas e não dever tanto em precatórios.

"O que não é possível, segundo o voto do relator Nunes Marques, é deixar de repassar a parcela devida

aos municípios. Eles não podem ser prejudicados por um acordo feito entre os Estados e os contribuintes", afirma o advogado.

Segundo ele, a possibilidade de compensação não gera injustiças contra os demais credores de precatórios.

Pelo contrário, os beneficia.

"Em tese, a pessoa que faz a compensação não está recebendo seu precatório, está liquidando os valores que teria que pagar. E o pagamento do precatório devido a ela pode ser usado para pagar outras pessoas que estejam na fila", diz.

Andrea de Toledo Pierri, sócia do Lemos Advocacia, por outro lado, não vê um interesse tão grande de parte dos Estados para diminuir a fila de precatórios. "A grande maioria tem um regime especial de precatórios e faz depósitos anuais, não vejo um grande interesse político em limpar essa fila.

Um interesse maior resolveria muitos problemas, inclusive o custo do Estado ao ter que cobrar o contribuinte pelos débitos que poderiam ser compensados", afirma.

Para ela, o direcionamento dado pelo voto de Nunes Marques é positivo. "A disciplina de compensação de precatórios com **tributos** é válida, se o contribuinte aceita. Ter a opção da compensação é um ganho de eficiência." De acordo com Ricardo Almeida, procurador do município do Rio de Janeiro que atuou na ADI 3837, o cerne da questão é novamente o repasse aos municípios.

Para ele, é necessário superar o modelo de federalismo "top down", de baixo para cima, e passar a construir soluções em diálogo, para que haja inclusive a opção de os municípios abrirem mão também de parte da arrecadação a que teriam direito como forma de fortalecer os programas de transação.

"A sinalização que o STF está deixando é de que União, Estados e municípios construam leis e compartilhem soluções de pagamento, conversem entre si.

Um ente não pode simplesmente impor perdas àqueles que teriam garantidas suas participações, segundo a Constituição", afirma.

Em nota, a Procuradoria-Geral do Estado do Amazonas informa que "sempre houve o repasse dos 25% pertencentes aos municípios em relação ao produtos da arrecadação de ICMS", e, portanto, não haverá alteração no modo de compensação no

Estado.

"Cerne da questão é novamente o repasse aos municípios" Ricardo Almeida

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188024>

A escalada da dívida não é questão de fé (Editorial)

O Fundo Monetário Internacional (FMI) projetou que a dívida bruta brasileira na proporção do Produto Interno Bruto (**PIB**) deve aumentar mais de 10 pontos percentuais ao longo do mandato do presidente Lula da Silva, de 83,9% do **PIB**, no fim de 2022, para 94,7% do **PIB**, em 2026. Superávit primário, se houver, só a partir de 2027, e bastante modesto - o equivalente a 0,1% do **PIB**.

A relação entre dívida e **PIB** é um indicador importante para aferir a solvência de um país e comparar sua situação à de outras nações semelhantes.

No caso brasileiro, o endividamento, segundo os critérios do Fundo, subiu de 86,7% do **PIB** no relatório divulgado em abril para 87,6% do **PIB** no de outubro.

E até 2029, a dívida na proporção do **PIB** chegará a 97,6%.

Antes mesmo dessa revisão, o indicador brasileiro já destoava da média dos países emergentes, hoje em 70,8%, atrás apenas de China, Egito, Ucrânia, Bahrein e Argentina. Mas o alerta do FMI não vale somente para o Brasil. A dívida bruta global deve atingir 93% do **PIB**, em média, e superar US\$ 100 trilhões neste ano. Até 2030, ela deve alcançar 100%, 10 pontos percentuais acima do registrado em 2019, um ano antes da pandemia.

Com a covid-19, países desenvolvidos e emergentes aumentaram gastos para lidar com os desafios sanitários e evitar que suas economias desabassem.

O estímulo resultou em **inflação** elevada e juros mais altos. Para completar, tensões geopolíticas ampliaram incertezas no mundo todo.

A receita mais segura em um cenário turbulento, segundo o FMI, é apostar na credibilidade e na transparência das políticas fiscal e monetária. Para o Fundo, é preciso aproveitar o ciclo de flexibilização da política monetária nas principais economias do mundo para elaborar políticas fiscais cuidadosas, que protejam as famílias mais vulneráveis e não prejudiquem o crescimento.

Do contrário, os ajustes necessários terão de ser bem mais duros no futuro.

As projeções do FMI para a dívida brasileira foram mal recebidas pelo governo, e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse esperar que esse cenário não se concretize. "Não acredito nessa trajetória. Se você está descrevendo o que está no documento, eu não acredito que ela vá acontecer", afirmou o ministro, em entrevista a jornalistas em Washington.

Um dia antes, quando o FMI melhorou a estimativa para o crescimento do **PIB** de 2,1% para 3% neste ano, a receptividade foi muito diferente. Haddad celebrou a revisão sem questioná-la, negou que o avanço estivesse relacionado ao estímulo fiscal do governo e não deu muita atenção à previsão do FMI para o **PIB** de 2025, embora o crescimento tenha sido reduzido de 2,4% para 2,2%.

A questão é que o crescimento econômico, no caso brasileiro, tem sido muito influenciado pelo consumo, o que tem tudo a ver com o aumento da dívida bruta. Dados do Banco Central (BC), embora calculados de forma um pouco diferente, corroboram a trajetória traçada pelo FMI.

Pelo critério do BC, a dívida bruta atingiu 78,55% do **PIB** em agosto, o maior patamar desde outubro de 2021, quando ela estava em 79,5% do **PIB**.

Desde janeiro deste ano, a dívida bruta calculada pelo BC já subiu 4,1 pontos percentuais, e desde o início do governo Lula da Silva, quase 7 pontos percentuais.

No FMI, Haddad defendeu o arcabouço fiscal como instrumento para conter a trajetória da dívida e seu fortalecimento como a melhor maneira de dissipar a desconfiança do mercado. O único gasto que teria ficado fora do arcabouço, de acordo com o ministro, teria sido o novo Auxílio Gás, rebatizado de Gás para Todos, que será redesenhado pela Fazenda. Ora, se isso fosse verdade, a dívida bruta não teria subido tanto em tão pouco tempo.

Ao contrário do que acontece nos países ricos, o Brasil acaba de iniciar um novo ciclo de aumento da taxa básica de juros, o que só reforça a recomendação do FMI sobre a necessidade de um ajuste fiscal e a projeção do fundo de desaceleração da economia no ano que vem. Mais do que nunca, impedir que a profecia do FMI se realize requer alinhamento entre as políticas fiscal e monetária.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Brasil pode estar próximo da dominância fiscal (Artigo)

Cláudio Adilson Gonçalves -

Cláudio Adilson Gonçalves - Economista e diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

Em condições normais, as economias funcionam em dominância monetária, ou seja, os bancos centrais possuem autonomia para estabelecer a taxa básica de juro compatível com a convergência da inflação à meta e com o PIB efetivo ao potencial. Mas dado que a taxa de juros afeta o endividamento público, cabe ao governo (Executivo e Congresso) praticar a política fiscal que mantenha a sustentabilidade da dívida pública. Quando o governo administra o Orçamento público sem levar em conta o custo de rolagem de seus passivos, ou seja, gera uma trajetória de crescimento contínuo da relação dívida/PIB, os agentes econômicos podem perder a confiança quanto à sustentabilidade da dívida, levando a economia para a dominância fiscal (DF).

Em DF, a política monetária perde sua eficácia, chegando mesmo a funcionar de forma invertida, ou seja, aumentos da taxa de juro, ao promover piora fiscal, podem elevar a inflação em vez de reduzi-la.

Não há precisão na definição de dominância fiscal, mas a estrutura teórica mais elaborada me parece ser a Teoria Fiscal do Nível de Preços (TFNP), formalizada detalhadamente por John Cochrane. Para ele, os preços se ajustam para que o valor real da dívida do governo seja igual ao valor presente dos resultados primários esperados, de forma a garantir a sustentabilidade da dívida. Ou seja, os agentes econômicos, convencidos desse desequilíbrio, ajustam suas expectativas para mais inflação, e isso se torna uma profecia autorrealizável.

É muito difícil constatar com segurança se o País está ou não em dominância fiscal e sob a prevalência do equilíbrio preconizado pela TFNP. Mas o estado atual da economia brasileira sugere que essa situação pode estar próxima, se é que já não foi atingida. Observe-se que não é necessário que o governo esteja realizando grandes déficits fiscais para se instalar a DF.

Basta que os agentes econômicos acreditem que o

Orçamento público não será executado de forma a garantir a sustentabilidade intertemporal da dívida pública. E parece ser essa a situação brasileira atual. Não há o registro de grandes déficits primários, mas os sinais de descontrole futuro, inclusive por parte do Congresso, são evidentes.

Pelo cenário da MCM Consultores, a relação dívida bruta/ PIB saltará de 78,4%, em 2024, para 82,5%, em 2025. E esse aumento se deve principalmente aos juros reais, dado que o efeito do déficit primário estimado será inteiramente compensado pelo crescimento real do PIB. Ou seja, dada a previsão de insustentabilidade da dívida, o mercado projeta mais juros, que acabam aumentando o buraco fiscal e estimulando a inflação.

A única maneira de sair dessa armadilha é o governo propor medidas que conduzam a significativa melhora do cenário fiscal, mesmo que tais medidas só entrem em vigor após o atual mandato presidencial. É preciso sustar, com urgência, a crise de confiança.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Em 7 anos, total de ultrarricos no mundo cresce quase 30%

Para uma pessoa comum, US\$ 30 milhões (cerca de R\$ 171 milhões) é muito dinheiro, mas para os chamados "ultrarricos" esse valor é o mínimo atualmente.

Isso porque o número de pessoas com mais de US\$ 30 milhões em ativos - o limite geralmente aceito para "indivíduos ultrarricos"- cresceu de 157 mil, em 2016, para 220 mil em 2023, de acordo com dados da consultoria francesa Capgemini. Isso representa um salto de quase 28% em apenas sete anos.

Agora, com muito mais multimilionários circulando, superando uns aos outros na compra de peças de arte com valores impensáveis e de iates luxuosos, o padrão para ser considerado "rico" está subindo cada vez mais, rapidamente adicionando zeros.

Muitos dos novos ultrarricos "construíram sua riqueza principalmente através de empreendedorismo ou cargos executivos no setor de tecnologia", disse Elias Ghanem, chefe global do Instituto de Pesquisa de Serviços Financeiros da Capgemini, à Fortune.

Como esse aumento no patamar do que é considerado "rico" muda o comportamento, hábitos ou desejos entre os ultrarricos?

Os ultrarricos estão "principalmente focados no crescimento da riqueza", disse Ghanem. "Em contraste, o principal objetivo do restante do segmento de indivíduos de alta renda permanece na preservação da riqueza." A diferença ocorre porque os ultrarricos sabem que podem resistir às flutuações de mercado de curto prazo, graças aos seus "horizontes de investimento de longo prazo e riqueza discricionária substancial". Como resultado, disse Ghanem, sua tolerância ao risco é maior.

Quase todos (91%) dos ultrarricos gravitam em direção a "investimentos de paixão", de acordo com a pesquisa da Capgemini, como imóveis de luxo, vinhos e arte. "O crescente apetite por segundas casas de luxo impulsionou o conselho imobiliário para o top 5 dos serviços requeridos pelos ultrarricos ao selecionar uma firma de gestão de riqueza", acrescentou Ghanem.

RAZÕES. A **inflação**, sem dúvida, tornou o status de multimilionário mais comum, mas também mais difícil

de alcançar. O mesmo aconteceu com a explosão de novas formas - como criptomoedas, startups, tecnologia, empreendedorismo e até ser influenciador - por meio das quais os empresários podem acumular fortunas.

Os dados da Capgemini mostram que o número de ultrarricos na América do Norte cresceu 7,3% no ano passado, devido à "resiliência econômica, pressões inflacionárias arrefecidas e uma recuperação no mercado de ações dos Estados Unidos", disse Ghanem.

Uma série de iniciativas de gastos do governo dos EUA, com o objetivo de impulsionar a fabricação local, também levou ao crescimento de capital, acrescentou Ghanem. Ele mencionou as chamadas Lei dos Chips e da Redução da **Inflação**, ambas anunciadas em 2022. A primeira levou a mais de US\$ 230 bilhões em gastos do setor privado para a indústria de fabricação de semicondutores; já a de Redução da **Inflação** levou a US\$ 201 bilhões em gastos com construção.

Ao mesmo tempo, o **PIB** dos EUA, que cresceu no ano passado a uma taxa muito maior do que o esperado, 3,3% anualizados, foi outro fator importante.

Cada uma dessas forças levou à "maior revolução econômica em gerações" e a um fluxo de novos ultrarricos, cujas empresas ou investimentos faziam parte desse boom.

"PONTO DE PARTIDA". A quantia de US\$ 30 milhões, para a maioria das pessoas trabalhadoras, sem dúvida proporcionaria um estilo de vida luxuoso, mas entre a elite esse valor é "apenas o ponto de partida", disse David Gibson-Moore, presidente da consultoria Gulf Analytica, ao Financial Times.

"Os ultrarricos de hoje estão sendo medidos por novos padrões, com alguns comentaristas financeiros agora sugerindo que US\$ 100 milhões é o novo referencial para quem quer manter a cabeça erguida em festas de private equity." A América do Norte, naturalmente, liderou o crescimento, mas a Europa, ainda assim, é lar dos indivíduos mais ricos, segundo a Knight Frank.

"Os ultrarricos estão sendo medidos por novos padrões, com alguns comentaristas sugerindo que US\$ 100 milhões é o novo referencial" David Gibson-

Moore Gulf Analytica

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

As escolhas de Galípolo no Banco Central (Artigo)

Por André Nassif

André Nassif é professor do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense e autor de "Desenvolvimento e Estagnação: o Debate entre Desenvolvimentistas e Liberais Neoclássicos", agraciado com o Prêmio do Conselho Federal de Economia, em 2023. Mail: andrenassif27@gmail.com.

O futuro presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, enfrentará enormes desafios, mas terá oportunidade histórica de fazer escolhas estratégicas e uma gestão marcante. Para evitar fazer mais do mesmo, valeria a pena Galípolo refletir sobre o modus operandi do regime de metas para a inflação (RMI) no Brasil, do qual, desde sua adoção, em 1999, resulta uma das políticas monetárias mais conservadoras no rol de países cujos BCs norteiam-se por metas explícitas de inflação. Neste artigo, pretendo contribuir para o debate, oferecendo algumas sugestões para o aprimoramento do RMI no Brasil.

A teoria subjacente à opção por metas está associada ao chamado "Novo Consenso Macroeconômico", que, prevalecendo até a crise global de 2008, resultou da surpreendente convergência de entendimento entre monetaristas, novos clássicos e novos keynesianos de que a política fiscal deveria se guiar pelo permanente equilíbrio orçamentário, a taxa de câmbio deveria flutuar para preservar o equilíbrio de longo prazo do balanço de pagamentos e a política monetária deveria se pautar pelo objetivo único de assegurar níveis de inflação baixos e estáveis. Como asseguravam Blanchard e Galí¹, o crescimento econômico viria como uma "divina coincidência".

Os economistas keynesianos mais alinhados com Keynes questionam o uso da taxa de juros como único instrumento para controle da inflação, sob a hipótese de que suas causas são múltiplas e não se trata, "sempre e em qualquer lugar", de um fenômeno monetário, como afirmava Milton Friedman. Keynes, por várias razões, seria crítico ao modus operandi do RMI no Brasil, que tem sido bastante refratário ao crescimento econômico. Primeiro, porque, aqui, o BC, ao manejar sua função de reação, concede prioridade quase exclusiva ao objetivo de alcançar a meta de inflação pré-anunciada, ignorando a necessidade de adequá-lo ao objetivo de fomentar o crescimento

econômico.

Segundo, porque a autoridade monetária sempre identifica níveis marginais de aumento da inflação esperada como desancoragem de expectativas, antecipando ciclos injustificáveis de aumentos de juros mesmo quando a inflação efetiva está em processo de convergência para a meta.

E, finalmente, porque, na situação atual, a meta de inflação de 3% e o reduzido intervalo de tolerância (de mais ou menos 1,5 ponto percentual em relação à meta) são incompatíveis com a estrutura da economia brasileira, com histórico, desde 1950, de complacência com níveis médios elevados de inflação (acima de 20% ao ano) e com cerca de 30% dos preços que compõem o IPCA indexados à inflação passada - portanto, pouco resilientes à variação da Selic.

Para apontar sugestões de aprimoramento do RMI no Brasil, cabe compará-lo com a prática internacional. Atualmente, 41 países adotam RMIs. Em artigo que será publicado no Cambridge Journal of Economics², analisamos os RMIs em 38 países desenvolvidos e em desenvolvimento que adotam essa regra de política monetária. Ao comparar os arcabouços institucionais, constata-se que todos os BCs dispõem de autonomia operacional, mas, comparativamente aos países asiáticos e europeus em desenvolvimento, o sistema brasileiro é o mais rígido.

Enquanto no primeiro grupo os BCs, ao fixar a taxa básica de juros, calibram os objetivos de convergir a inflação para a meta e de assegurar o crescimento econômico, no Brasil, apenas o primeiro objetivo é prioritário. Além disso, enquanto a maioria dos países adota o "médio prazo" (sem detalhar horizonte temporal) para atingir a meta, nosso Banco Central opera, na prática, com base em "horizonte relevante" de cerca de 18 meses.

Fizemos também minucioso estudo econométrico para estimar os impactos dos RMIs sobre as taxas de juros reais, as taxas de câmbio reais e o crescimento no período 2000-2019. Os resultados foram bastante contrastantes. O Brasil operou com as mais elevadas taxas de juros reais de curto prazo (5,44% ao ano) e moeda sobrevalorizada na maior parte do período, diferentemente dos países em desenvolvimento europeus, que registraram taxas médias reais de juros

em torno de 1,5% e moeda subvalorizada em termos tendenciais.

Em contraste com o Brasil, os países asiáticos mantiveram taxas de juros reais negativas e moedas domésticas subvalorizadas nas fases de boom, o que sugere compromisso das autoridades econômicas com o crescimento e com a preservação da competitividade doméstica e exportadora. Não por acaso, no período pré-pandemia (2000-2019), o Brasil registrou uma das taxas de crescimento mais baixas do mundo (2,38% a.a.), em contraste com as taxas bem mais elevadas observadas nos países asiáticos sob RMI (5,28% a.a.).

Essas disparidades sugerem que Galípolo deverá enfrentar enormes desafios, mas também abrem uma janela de oportunidade para que, como presidente do BC, venha a fazer história mediante a adoção de medidas que alinhem o modus operandi do RMI no Brasil à prática de BCs que têm sido capazes de assegurar a estabilidade monetária sem comprometer o crescimento econômico no longo prazo.

Minhas três sugestões nada têm de radicais e consistem em: propor ao Conselho Monetário Nacional (CMN) o aumento da meta de **inflação** para 4%, com intervalo de tolerância de mais ou menos 2 pontos percentuais, com faz o BC indiano; propor ao Congresso Nacional mudança do artigo 1 -da Lei Complementar 179, de 24/2/2021 (que concedeu autonomia ao BC), para que se estabeleçam como objetivos fundamentais do BC assegurar a estabilidade de preços (o único objetivo, segundo a lei atual) e fomentar o crescimento econômico, a exemplo da maioria dos BCs no mundo; e substituir o Focus por metodologia abrangente de apuração de expectativas de **inflação**, à semelhança do Fed dos EUA, cujo "Índice de Expectativas

Comuns de **Inflação**" resulta de pesquisa envolvendo todos os formadores reais de preços, como empresas, consumidores e participantes do mercado financeiro.

As mudanças sugeridas representariam uma guinada da prática do RMI no Brasil, pois não apenas confeririam maior autonomia ao BC em relação ao mercado financeiro, ampliando os graus de liberdade (policy space) para a fixação da taxa básica de juros em níveis mais moderados, como também incluiriam, nas obrigações de prestação de contas da autoridade monetária ao CMN, o objetivo de fomentar o crescimento, além do de assegurar a estabilidade de preços. Com essas medidas, Galípolo deixaria sua marca histórica, pois, sem comprometer a estabilidade monetária, haveria maior espaço para viabilizar a retomada e sustentação do crescimento e superar os ciclos curtos de crescimento de tipo "stop and go", que têm sido a marca registrada da economia brasileira

nas últimas décadas.

1) Blanchard, O., Galí, J. "Real wage rigidities and the New Keynesian model". Journal of Money, Credit, and Banking 39, February, 2007, p. 35-65.

2) Nassif, A., Feijó, C., Araújo, E., Leão, R. "Inflation targeting and the real exchange rate trend: theoretical discussion and empirical evidence for developed and developing countries". Cambridge Journal of Economics, 2024, no prelo.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188024?page=1§ion=2>

"Geração prateada" produz PIB de R\$1,8tri e quer mais atenção

Natália Flach e Luana Dandara De São Paulo

Aos 81 anos, Marlene Bregman é uma exceção. Ela faz parte de um grupo diminuto de idosos que trabalham no mercado publicitário, no qual a juventude impera - assim como em outros setores da economia. A sua faixa etária também pouco aparece nos anúncios, embora a população mais velha movimente a chamada "economia prateada", com previsão de alcançar R\$ 1,8 trilhão no Brasil em 2024 em consumo, serviços e toda a cadeia envolvida na produção, de acordo com dados da consultoria Data8.

"A projeção é que, nos próximos anos, essa cifra mais que duplique", afirma a cofundadora da Data8 e coordenadora do estudo Tsunami60+, Layla Vallias. Esse crescimento é esperado porque o público maduro se tornará cada vez mais significativo na pirâmide etária e demandará mais produtos e serviços, impulsionando o Produto Interno Bruto (**PIB**) do país. "Não à toa, há cada vez mais marcas interessadas no tema", diz Vallias.

Mesmo diante desse cenário econômico, esses consumidores não são bem percebidos. "Não me sinto representada. Gostaria de ver mais campanhas para mim, mas, para isso, é necessário que pessoas da minha geração estejam presentes no desenvolvimento dos produtos e serviços", diz Bregman. Nesse sentido, ela não está sozinha: 54% das pessoas mais velhas dizem "não se ver" nas peças publicitárias, segundo uma pesquisa da Box1824, feita neste ano com 1.500 pessoas e obtida com exclusividade pelo Valor.

Isso ocorre tanto pela escassez de personagens de mais de 60 anos nas propagandas quanto pelo uso de estereótipos de pessoas mais velhas, o que acaba afastando o público-alvo.

O que essas pessoas desejam, na verdade, segundo a pesquisa da Box1824, é serem vistas e valorizadas por suas capacidades, interesses e visões de mundo. É por isso que se empenham em demonstrar que suas identidades são um espectro rico e multifacetado, moldado por experiências de vida, e não limitado por rótulos baseados na idade.

O foco das empresas nessa faixa etária também é reflexo da luta contra a discriminação a pessoas mais velhas. "Ainda não é crime como a homofobia ou o

racismo, mas, ao evidenciarmos o preconceito, tiramos a população do piloto automático", analisa a professora e pesquisadora sobre envelhecimento Christiane Monteiro Machado. Nessa linha, o mercado publicitário tem - ou deveria ter - um papel importante, segundo a especialista.

Há anunciantes que têm apostado em trazer esse debate para o público. É o caso do banco Itaú com a campanha de 100 anos, que contou com a presença da cantora Madonna e da atriz Fernanda Montenegro.

"A ação mostra como podemos retratar a longevidade de forma autêntica, inspiradora e mais fidedigna.

Essas figuras mostram que o envelhecimento não significa irrelevância", diz o diretor de operações da Africa Creative, Renato Broggin, que está à frente do atendimento na instituição desde 2019.

Broggin diz acreditar que a subrepresentação dos idosos na publicidade se deve, em parte, a um preconceito enraizado de que eles são desconectados do mundo digital ou desinteressados em produtos e serviços inovadores. Mas é necessário retratar os idosos em toda a sua complexidade, acrescenta o diretor, mostrando suas diferentes personalidades, estilos de vida e interesses, indo além de estereótipos de fragilidade ou passividade, e reconhecendo que o envelhecimento não é homogêneo.

Nesse sentido, o presidente do conselho do McCann Worldgroup para as agências de publicidade WMcCann, Craft Aldeiah, e estudioso do comportamento do consumidor, Hugo Rodrigues, opina que não adianta usar personagens mais velhos nas propagandas se a marca não tem uma conexão anterior com o público.

A professora de doutorado em comunicação e consumo da ESPM Gisela Castro questiona, por exemplo, se os bancos pensaram nas pessoas mais velhas ao criarem as funcionalidades de internet banking.

"Será que 30 segundos são suficientes para uma pessoa com tremor nas mãos copiar um token em uma operação financeira?", pergunta ela.

A gigante de alimentos Nestlé faz pesquisas antes de

levar ao ar suas campanhas e de colocar os produtos nas gôndolas. "Vamos fazendo a calibragem de termos e vemos como isso ressoa no público", explica a diretora de marketing de Nestlé Health Science, Lara Miranda, sobre anúncios do suplemento alimentar para adulto Nutren Senior.

A empresa também acaba de lançar um manual sobre o tema.

O Boticário é outro que enveredou pelo assunto e lançou um conjunto de iniciativas antietaristas.

A mais recente foi um vídeo, estrelado pela atriz Eliane Giardini, falando sobre as dificuldades que as mulheres mais velhas enfrentam no mercado de trabalho e em outras esferas da vida, tornando-se, muitas vezes, invisíveis para a sociedade.

A proposta da plataforma TikTok, por sua vez, é dar palco (e voz) para a diversidade, inclusive etária. "O que une as pessoas é a afinidade de interesse e não uma questão de idade. É transgeracional", afirma a executiva de marketing da rede social, Carolina Bacarat. A plataforma está com uma campanha no ar da qual participam o apresentador Pedro Bial e a atriz Fernanda Torres.

Os exemplos de personagens, entretanto, ainda precisam de maior diversidade. Até porque o país é desigual, o que implica que classes sociais diferentes levam a "envelhecimentos" distintos, lembra a professora de pós-graduação da ESPM Tânia Zahar Miné.

O líder de estratégia do grupo Dreamers, Marco Antonio Vieira Souto, diz que sente certo preconceito ao trabalhar rodeado de jovens.

Aos 66 anos, ele diz que uma das coisas que o tiram do anacronismo é continuar fazendo perguntas. "Mas acho que houve avanço. Alguns setores já caminharam para um lugar que dá protagonismo quanto mais a pauta de diversidade ganha força. Se tem uma coisa moderna e que está no futuro é a longevidade."

"Minha geração tem de estar presente no desenvolvimento de produtos e serviços" Marlene Bregman

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188024>

O que dizem as pessoas idosas

Dados da pesquisa com 1500 pessoas no Brasil*

84% sentem orgulho de falar a idade

57% não se sentem pressionados pelos padrões de beleza focados na juventude

54% acham que a mídia não representa bem as pessoas da sua idade

93% concordam que cuidar da saúde mental é fundamental

88% afirmam ter ampla autonomia sobre tecnologia e mídias sociais

Relação com dinheiro

Em quais áreas priorizam custo-benefício (em %)

Saúde	37
Serviços financeiros	33
Alimentação	26
Entretenimento	26
Vestuário	26
Tecnologia	26
Beleza e cuidados pessoais	25
Casa e decoração	21

Canais de compra favoritos

Lojas de varejo	70
Marketplaces	60
Lojas físicas das marcas	44
Centros comerciais urbanos	39
On-line no site das marcas	31
Apps de lojas ou marketplaces	29
Catálogo de produto	9
WhatsApp	9
Redes sociais	5
Lives	5

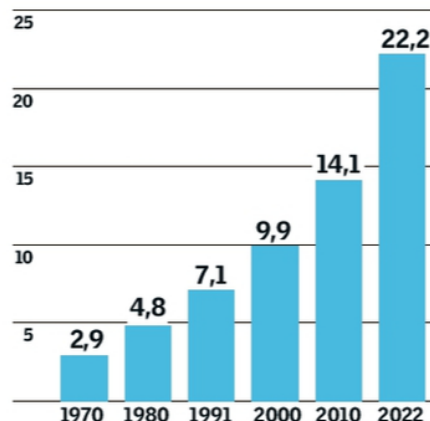
Fonte: Box1824; * Pesquisa feita em 2024

Em crescimento

Dados sobre a população idosa no Brasil

Pirâmide etária

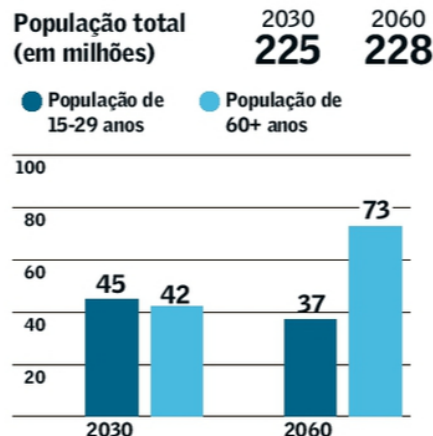
Fatia de pessoas com mais de 65 anos na população brasileira (em %)



Fontes: IBGE e PNAD (Projeção Populacional 2010-2060) – Fotografia Brasil 2020

Inversão demográfica

Expectativa do número de habitantes por faixa de idade



Do trabalho para motorista de app ao saque-aniversário do FGTS, propostas de Luiz Marinho patinam

Enquanto faz uma ofensiva com programas de crédito para tentar atrair o apoio de microempreendedores e de autônomos que atuam em aplicativos, o governo Lula patina em iniciativas do próprio Ministério do Trabalho. Comandada pelo petista Luiz Marinho, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista, a pasta não avançou em projetos como a regulamentação do trabalho de motoristas de aplicativos - promessa de campanha de Lula para um público visto como majoritariamente bolsonarista - e enfrenta divergências dentro do governo em projetos polêmicos, como acabar com o **saque-aniversário do FGTS**.

Em outra frente, as regras para entregadores nem chegaram a ser enviadas ao Congresso. A restrição ao trabalho em feriados também empacou.

Proposta em abril deste ano, a regulamentação da profissão de motorista de aplicativo desagradou à categoria e dividiu o governo. Foi considerada um "tiro no pé" por uma ala do Palácio do Planalto, que aponta problemas no texto, de articulação da proposta e no modo como foi comunicada.

No conteúdo, uma das críticas foi propor carga horária e contribuição previdenciária a uma categoria que rejeita a ideia de ser enquadrado por regras criadas pelo governo nos moldes do passado.

Integrantes do Ministério do Trabalho admitem que foi um equívoco acreditar que bastaria chamar líderes sindicais para a negociação do texto para que o setor estivesse representado.

Só quando o projeto já estava na rua a pasta se deu conta de que essas entidades não aglutinavam todos os interesses desses trabalhadores, o que rendeu críticas ao projeto e um bombardeio ao governo pela categoria nas redes sociais.

Já o grupo mais próximo ao ministro reconhece que era preciso um amadurecimento maior do projeto antes de lançá-lo, especialmente por mirar uma categoria considerada arredia ao governo petista.

Agora, o texto está parado na Câmara sem qualquer

perspectiva de votação. Além disso, a pasta não conseguiu consenso para propor aos parlamentares regras para os entregadores.

Fritura interna

O desempenho de Marinho tem alimentado sua fritura por auxiliares próximos de Lula. Uma das críticas é que o ministro, o governo e até mesmo o Partido dos Trabalhadores (PT) não estão equipados para se comunicar com as novas categorias no mercado de trabalho, incluindo os pequenos empreendedores.

Auxiliares de Lula defendem que para contrapor iniciativas equivocadas, deve haver uma campanha massiva do Acredita, programa que dá crédito a inscritos no Cadastro Único (CadÚnico) interessados em pequenos negócios. O foco em iniciativas que focam apenas nos mais pobres, no entanto, também é motivo de críticas entre aliados.

- O governo ainda dialoga pouco com setor com renda um pouco melhor, e isso cria pequenas arestas que podem se tornar grandes - avalia o deputado federal Carlos Zarattini (PT-SP).

Aliados se queixam de que políticas implementadas em gestões petistas passadas - como a criação do microempreendedor individual (MEI) e o Simples Nacional - não são bem divulgadas ou disputadas politicamente pelo governo para mostrar o que já foi feito para esse público. Com falta de planejamento, argumentam, o governo abre espaço para a direita e influenciadores digitais na classe trabalhadora.

- Se não acertar bem o diagnóstico começa-se a fazer novas políticas sem uma nitidez do que está acontecendo. É uma realidade que não vai mudar no discurso, há que se fazer um trabalho que não é de curto prazo - afirma Ricardo Berzoini, ex-ministro do Trabalho de Lula entre 2004 e 2005.

Integrantes do Ministério do Trabalho relatam dificuldades para reunir as novas categorias em um bloco e avaliam que a cultura do empreendedorismo individual cria empecilhos para negociações coletivas. Sob reserva, petistas do lado de fora reconhecem que

a "cabeça sindicalista tradicional tem dificuldade de compreender essas mudanças no mundo do trabalho".

Proteção de direitos

O desafio do governo é o crescente interesse de trabalhadores em tornarem-se donos da sua atividade econômica, definindo sua própria carga horária e com mínima interferência do Estado. Mas é um cenário que o ministério tem dificuldade de lidar, vendo o risco de uma ampla desregulamentação do trabalho.

- Nós não queremos apoiar movimentos que tirem direitos dos trabalhadores em nome de uma modernização que é falsa e não põe no lugar - reage o ministro interino do Trabalho, Gilberto Carvalho.

Enquanto ações no ministério patinam, Luiz Marinho tirou férias nas últimas semanas para se dedicar às eleições municipais em cidades que são o berço do PT em São Paulo: São Bernardo do Campo (domicílio eleitoral de Lula), Diadema e Mauá. Derrotada na primeira, a legenda tem candidato no segundo turno das outras duas. Procurado, Marinho não quis se manifestar.

A equipe do ministro, porém, não desistiu de tentar regulamentar a atividade de motoristas de aplicativo. Enquanto o Planalto vê que o projeto já subiu no telhado, Marinho pretende voltar à carga com o texto após o segundo turno.

A pasta não quer desperdiçar o que já foi produzido - o ministro chegou a ir à Espanha conhecer o modelo de regulação daquele país -, reconhece que a proposta pode sofrer emendas no Congresso, mas não quer abrir mão da essência do texto.

O projeto prevê contribuição ao **INSS**, auxílio-maternidade, representação por sindicato e pagamento mínimo por hora de trabalho no valor de R\$ 32,10, este último um dos pontos mais rejeitados pela categoria, que não quer remuneração por hora, mas por quilômetro rodado.

Outro ponto que gera divergência é a participação sindical. Não há obrigação de se sindicalizar, mas as negociações coletivas de trabalho serão entre as empresas e os sindicatos, por meio de convenções coletivas, segundo a proposta.

Um dos relatores do projeto, Augusto Coutinho (Republicanos-PE) considera que um dos pontos mais sensíveis diz respeito à intenção das entidades que representam a categoria de incluírem criação do MEI para os motoristas no projeto, ponto que o governo não aceita. A equipe de Marinho argumenta que não cabe enquadrar como empreendedor o trabalhador

que está dentro do guarda-chuva de uma empresa.

Com pauta congestionada no pouco tempo de atividade do Congresso que ainda resta em 2024, a discussão deve se alongar para o próximo ano e será seguida de um novo campo de batalha. O governo vai propor uma regulamentação para os entregadores de alimentos, que ficaram fora do texto inicial, avançando em mais um terreno pantanoso.

Velhos amigos

Outro tema que tem causado controvérsia é a proposta do fim do **saque-aniversário** do **FGTS**, criado no governo Bolsonaro para permitir ao trabalhador retirar uma parcela do fundo no mês do seu aniversário. Porém, quem opta por esse benefício abre mão, por dois anos, do direito de retirar todo o **FGTS** em caso de demissão sem justa causa.

Marinho atrelou essa discussão a um novo modelo para facilitar o crédito consignado (com desconto em folha) para trabalhadores do setor privado. Enquanto parlamentares já se mostraram favoráveis às mudanças no consignado, o fim do **saque-aniversário** encontra resistências no Congresso, e Lula chegou a dizer neste mês que a regra "não pode acabar".

Em mais um ponto de difícil costura com representantes sindicais, empresas e frentes parlamentares, Marinho já adiou pela terceira vez a entrada em vigor de uma portaria que restringe o trabalho no comércio aos feriados. Houve forte reação do empresariado.

O desgaste de Marinho, no entanto, não deve ser suficiente para ameaçá-lo no cargo. O ministro tem uma longa relação de proximidade com Lula. Vem da porta da fábrica como ele, foi presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), prefeito de São Bernardo do Campo e ministro do petista já nas suas primeiras gestões.

Há dez dias, no lançamento do Acredita, em São Paulo, o presidente reconheceu publicamente a dificuldade do governo de se aproximar dos profissionais que preferem o próprio negócio ou a atividade autônoma ao emprego tradicional:

- Meu mundo é um mundo de fábrica, assim como o mundo do ministro Marinho. Liguei para ele e disse que é importante a gente saber que tem uma parte da sociedade que não quer ter carteira assinada, quer ter o próprio negócio. É preciso que a gente aprenda que o mundo mudou, o mundo dos negócios no Brasil mudou.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/10/28/d-o-trabalho-para-motorista-de-app-ao-saque-aniversario-do-fgts-propostas-de-luiz-marinho-patinam.ghtml>